

**A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA LEEI (2023-2025) NO CEARÁ: A
ATUAÇÃO DAS FORMADORAS MUNICIPAIS DA CREDE 19**

Maria José de Melo Fernandes¹

Meyre-Ester Barbosa de Oliveira²

As políticas de alfabetização para a educação básica no Brasil nos últimos anos têm produzido um movimento contínuo de reformulações que incidem sobre as práticas e os processos formativos dos professores. Nesse sentido, o decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, revoga o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) e institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Essa política, organizada em regime de colaboração entre União, estados e municípios, passa a incorporar o programa de desenvolvimento profissional Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) como uma de suas ações formativas voltadas aos professores da pré-escola. O programa integrou o Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) nos anos de 2017 e 2018, e, atualmente, encontra-se alinhado ao CNCA, corroborando com a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece como objetivo garantir que 100% das crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do ensino fundamental (Brasil, 2023).

Como desdobramento desse movimento da erradicação do analfabetismo no Brasil, tais discussões adentram a etapa Educação Infantil e configura um território de debate recorrente em torno da dicotomia “alfabetizar ou não alfabetizar na Educação Infantil?”. Tais reflexões geram tensões, sobretudo no que diz respeito às práticas de leitura e escrita nessa etapa de ensino, sem negar ou antecipar os conhecimentos às crianças.

Logo, à atuação da política de formação de professores LEEI vincula-se ao objeto de pesquisa da dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC), que aponta como questão central: “Como se dá a atuação da política nacional de formação continuada de professores Leitura e Escrita da Educação Infantil (LEEI) pelas formadoras municipais da CREDE 19/CE, no período de 2023 a 2025?”.

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora da Educação Infantil. E-mail: profa.mariafernandes@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN). Email: meyreoliveira@uern.br.



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



A problematização do objeto de estudo insere-se em um percurso investigativo que articula formação acadêmica e profissional, permeada pelas reflexões acerca das políticas de formação continuada de professores. Os caminhos de construção do objeto de pesquisa perpassam pela trajetória acadêmica das pesquisadoras, por meio dos estudos realizados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), e adentra a trajetória profissional de uma das autoras como professora da Educação Infantil do município de Juazeiro do Norte/CE, e posteriormente, formadora municipal dos programas de formação continuada Mais Infância Ceará e LEEL.

Com base no referencial teórico que embasa o desenvolvimento da pesquisa, compreendemos que pensar a política de formação é ir para além da perspectiva estadocêntrica, num movimento de pensar como a trajetória da política é produzida em seus diferentes contextos. Assim, o Ciclo de Política de Stephen J. Ball e colaboradores (1998) e a teoria da atuação de Ball, Maguire e Braun (2016), constituem um referencial teórico-metodológico que assume uma abordagem de não linearidade da política. Essas perspectivas permitirão compreender a política de formação continuada de professores como um processo dinâmico, atravessado por disputas, negociações e recriações no interior das práticas educativas, configurando-se como uma política em movimento, que se concretiza nas ações e interpretações dos sujeitos envolvidos.

Para a realização desta pesquisa elegemos a abordagem qualitativa, caracterizada por Minayo (2001, p. 21) como “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”, que busca, conforme Tozoni-reis (2010, p. 05) “compreender como o ser humano se relaciona com as coisas, a natureza e a vida”. Portanto, a pesquisa qualitativa surge como uma forma de recuperação da subjetividade na qual o sujeito e as características são levados em consideração, e o conhecimento não é indiferente ao indivíduo.

Dessa maneira, o processo de produção de dados será desenvolvido em duas etapas complementares. Na primeira, uma análise documental, voltada a mapear o percurso histórico, normativo e organizacional das políticas de formação em estudo (decretos, portarias, atas de reuniões, relatórios, planos de formação e outros documentos institucionais), com o intuito de



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



identificar as diretrizes, finalidades e concepções de formação docente expressas nesses materiais. Essa etapa possibilitará reconhecer as bases legais e conceituais que sustentam as ações formativas e as relações estabelecidas entre os contextos da influência e da produção de texto.

Na segunda etapa, será conduzido um estudo de caso, com o objetivo de analisar o modo como a política é apropriada, reinterpretada e ressignificada no contexto local. Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com um representante dos municípios da CREDE 19 e aplicado um questionário a outros participantes envolvidos com a política. A escolha pelo estudo de caso justifica-se, conforme Gil (2008), ao destacar que esse tipo de investigação permite o diagnóstico aprofundado de um determinado grupo ou contexto social. Tal abordagem mostra-se pertinente, uma vez que possibilita a investigação e a compreensão mais detalhada do fenômeno por meio da observação, coleta de dados, análise e interpretação dos discursos.

Como resultados, espera-se construir reflexões críticas acerca das políticas de formação continuada de professores da Educação Infantil em vigência no cenário atual, analisando não apenas suas diretrizes oficiais, mas também os modos como são atuadas, recontextualizadas e ressignificadas nos contextos locais da CREDE 19. Busca-se compreender como tais políticas vêm sendo concebidas, apropriadas e transformadas pelas formadoras municipais, considerando as contingências, tensões e negociações que emergem no cotidiano formativo e da educação infantil.

Palavras-chaves: Política Educacional. Política de formação. LEEI. Ciclo de Políticas. Atuação. Educação infantil cearense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil. 9 v. Brasília: MEC, SEB, 2016. Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/publicacoes/colecao/>. Acesso em: 08 de out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil03/decreto/D11556.htm>. Acesso em: 08 de out. 2025.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: CNE, CEB, 2009. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/CNECEB52009>. Acesso em: 08 de out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil. 9 v. Brasília: MEC, SEB, 2016a. Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/publicacoes/colecao/>. Acesso em: 08 de out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Apresentação: Caderno 0. Brasília: MEC, SEB, 2016b. (Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil). Disponível em: <https://issuu.com/projetoleituraescrita/docs/caderno0>. Acesso em: 08 de out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 10 mai. 2016c. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil03/decreto/d8752.htm>. Acesso em: 08 de out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno de orientações sobre a proposta pedagógica do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – Educação Infantil Nordeste. Coordenação-Geral: Telma Ferraz Leal; Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves Pessoa. Brasília: MEC, 2024

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2023a. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil03/decreto/D11556.htm>. Acesso em: 08 de out. 2025.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

POSEDUC

